



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
(Decreto nº 1.306/2011)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA
FUNÇÃO PLEITEADA: TGPB03 - Assistência Técnica de Contabilidade

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não rasga-lo) confira seus dados impressos e assinhe no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique que o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Terminado o teste objetivo, caso tenha trazido currículo, deverá se encaminhar ao local reservado para efetuar a entrega do currículo.
- 7º Após a entrega do currículo, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros. **Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

BOA SORTE!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

01) Qual o princípio contábil revogado pela resolução CFC. Nº.1282/10.

- a) Da atualização monetária
- b) Continuidade
- c) Oportunidade
- d) Competência
- e) Da Entidade

02) Técnicas contábeis consistem em procedimentos adotados pelo contabilista na execução de serviços relacionados à Contabilidade. Quais são as técnicas contábeis utilizadas.

- a) demonstração e auditoria.
- b) fato contábil, demonstração, controladoria.
- c) demonstrativo de gastos públicos, auditoria
- d) análise das demonstrações contábeis ou financeiras.
- e) Escrituração, demonstração, auditoria e análise das demonstrações contábeis ou financeiras.

03) Indique qual alternativa apresenta apenas contas que são retificadoras na Contabilidade Geral.

- a) ICMS a recolher, Depreciação de Máquinas e Equipamentos e Provisão para Devedores Duvidosos.
- b) Capital Social, Provisão para Ajuste da Dívida Ativa a valor recuperável e ICMS a recolher.
- c) Provisão para Devedores Duvidosos, Depreciação Acumulada, Amortizações Acumuladas descontadas.
- d) Capital Social, Depreciação Acumulada de Veículos, Provisão para Ajuste da Dívida Ativa.
- e) Capital a Integralizar, Imposto de Renda Retido na Fonte e Provisão para Devedores Duvidosos.

04) Qual a função econômica da contabilidade:

- a) controlar o patrimônio.
- b) efetuar o registro dos fatos contábeis.
- c) evitar erros e fraudes.
- d) verificar a autenticidade das operações.
- e) apurar lucro ou prejuízo.

05) Técnicas contábeis consistem em procedimentos adotados pelo contabilista na execução de serviços relacionados à Contabilidade. É por meio delas que se pode pôr em prática essa ciência e seus princípios fundamentais. Com relação ao tema, qual das alternativas não representam técnicas contábeis.

- a) lançamentos.
- b) análise das demonstrações contábeis ou financeiras.
- c) demonstração.
- d) auditoria.
- e) escrituração.

06) Quais são os elementos essenciais do Lançamento nas suas respectivas ordem seqüencial.

- a) local e data, contas debitadas e contas creditadas.
- b) local e data, contas debitadas, contas creditadas, histórico e valores.
- c) contas debitadas, contas creditadas e valores.
- d) histórico e valores, local e data, contas debitadas e contas creditadas
- e) local e data, histórico e valores, e contas debitadas.

07) Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, assinale a opção incorreta.

- a) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- b) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- c) O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- d) O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do passivo e do maior para os do ativo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
- e) Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

08) A seguridade social no Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a:

- a) previdência, indígenas e trabalhadores.
- b) saúde, previdência e assistência social.
- c) saúde, previdência e educação.
- d) saúde, cultura e desporto.
- e) saúde, segurança pública e meio ambiente.

09) Leia com atenção as afirmativas relacionadas à Previdência Social, conforme art.201 da Constituição do Brasil:

- I. cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- II. proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- III. proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- IV. salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no parágrafo 2º.

Agora assinale a alternativa correta:

- a) Somente I e II estão erradas.
- b) Todas estão erradas.
- c) Todas estão corretas.
- d) Somente I, II e III estão corretas.
- e) Somente I, III e IV estão correta.

10) Assinale a opção falsa referente as condições que é assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei.

- a) Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição se mulher.
- b) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que e exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- c) Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
- d) Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana.
- e) Os requisitos a que se refere a aposentadoria por tempo de contribuição não serão deduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

11) Assinale a opção falsa referente aos objetivos da Assistência Social.

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- e) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao jovem que comprovem possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

12) Os tipos de entes a que se aplica a contabilidade pública incluem:

- a) organizações da sociedade civil de interesse público.
- b) empresas públicas dependentes.
- c) sociedades de economia mista.
- d) associações beneficentes que tenham contratos com o poder público.
- e) fundações privadas de utilidade pública.

13) No exercício financeiro, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal), sob o aspecto orçamentário, o reconhecimento da receita ocorre no momento.

- a) da Previsão.
- b) do Lançamento.
- c) da Arrecadação.
- d) do Recolhimento.
- e) da Contabilização.

14) Qual alternativa está incorreta em relação a Lei 4320/1964 em seu art.2º. parágrafo 1º. "Integração a Lei de Orçamento:"

- a) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- b) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I.
- c) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- d) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa por funções do Governo e da Administração.
- e) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

15) De acordo com a Lei 4320/64, art.3º. o que compreenderá a Lei do Orçamento.

- a) compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b) compreenderá todas as despesas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- c) compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- d) compreenderá todas as despesas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- e) compreenderá todas as matérias orçamentárias.

16) A Lei nº 4.320/64 dispõe, expressamente:

- I. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- II. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- III. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Está correto o que se afirma APENAS em.

- a) I, II e III.
- b) II, III.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

17) Assinale a alternativa correta.

- a) A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital.
- b) Classificam nas Despesas de Capital: Despesas de Custeio e Transferências Correntes.
- c) Classificam nas Despesas Correntes: Despesas de Custeio e Transferências de Capital.
- d) Classificam nas Despesas Correntes: Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

18) Segundo a Lei n. 4.320/64, a realização da despesa ocorre em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Assinale a opção falsa em relação ao estágio liquidação.

- a) A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor.
- b) Na liquidação, verifica-se a origem e o objeto que se deve pagar.
- c) A importância exata a pagar.
- d) A liquidação da despesa somente pode ocorrer caso haja recursos em caixa suficientes para pagá-la.
- e) A liquidação de despesa, por fornecimentos feitos ou serviços prestados, terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho e os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.

19) Leia com atenção as afirmativas relacionadas à Contabilidade Pública:

- I. O exercício financeiro coincidirá com ano civil.
- II. Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.
- III. Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.

Agora assinale a alternativa correta:

- a) Somente I e II estão erradas.
- b) Todas estão certas.

- c) Todas estão erradas.
- d) Somente I e III estão corretas.
- e) Somente III está correta.

20) A verificação da Legalidade dos atos de execução orçamentária será.

- a) prévia, concomitante e subsequente.
- b) prévia, posterior e anterior.
- c) concomitante, prévia e anterior.
- d) prévia, subsequente e posterior.
- e) prévia, concomitante e anterior.

21) Conforme art.75, o controle da execução orçamentária compreenderá:

- I. A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- II. A fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- III. O cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Agora assinale a alternativa correta:

- a) Somente I e II estão erradas.
- b) Somente I e III estão corretas.
- c) Todas estão erradas.
- d) Todas estão certas.
- e) Somente III está correta.

22) Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a: Indique a alternativa incorreta.

- a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.
- b) conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- c) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
- e) justificação pormenorizada de cada dotação solicitada, com a indicação dos atos de aprovação de projetos e orçamentos de obras públicas.

23) Art. 20, da lei complementar 101/00. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais. Indique a alternativa correta.

- a) na esfera federal: a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União; b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; c) 40% (quarenta por cento) para o Executivo; d) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para o Ministério Público da União;
- b) na esfera estadual: a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; b) 2% (dois por cento) para o Judiciário; c) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo; d) 1% (um por cento) para o Ministério Público dos Estados;
- c) na esfera municipal: a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.
- d) na esfera municipal: a) 4% (quatro por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 56% (cinquenta e seis por cento) para o Executivo.
- e) na esfera municipal: a) 8,70% (oito inteiros e sete décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 51,30% (cinquenta e um inteiro e três décimos por cento) para o Executivo.

24) Conforme a lei complementar 101/00, o limite de gastos de pessoal e endividamento público, serão calculados com base na Receita Corrente Líquida que é composta basicamente por receitas

- a) tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços.
- b) correntes e de capital até o bimestre de referência.
- c) correntes e de capital no bimestre de referência.
- d) de capital arrecadadas no mês de referência e nos 11 meses anteriores.
- e) tributárias, patrimoniais, operações de créditos e decorrentes de investimentos.

25) Assinale a alternativa falsa referente às vedações ao poder ou órgão referido no art.20 que houver incorrido no excesso, se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite.

- a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.
- b) criação de cargo, emprego ou função.
- c) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- e) poderão ser concedidos todas as vantagens, inclusive horas extras e criação de cargo, emprego ou função, mediante justificativa perante o Ministério Público e Tribunal de Contas dos Estados.